



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 233/2014

Consolida as normas referentes ao Quadro  
Próprio de Servidores do Poder Legislativo.

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargo público no quadro de pessoal da Assembleia Legislativa passam a ser regidos pela presente Lei e subsidiariamente pela Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Paraná.

Art. 2º O Quadro Próprio de Servidores Efetivos do Poder Legislativo é composto exclusivamente pelos cargos e carreiras previstos no Anexo I desta Lei.

#### CAPÍTULO II DAS CARREIRAS

Art. 3º Os cargos de provimento efetivo são organizados em carreiras, com classes e níveis, de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que cada cargo será composto de três classes e sete níveis, conforme previstos no Anexo I.

§ 1º São carreiras do Quadro Próprio do Poder Legislativo:

I – Procurador da Assembleia;

II – Analista Legislativo, composta pelos cargos de nível superior;

III – Técnico Legislativo, composta por cargos com atribuições de execução, cuja escolaridade exigida é o ensino de nível médio ou técnico específico para a área de atuação;

IV – Auxiliar Legislativo, composta por cargos com atribuições de apoio operacional, cujo requisito de ingresso é o ensino fundamental.

§ 2º A classe III de cada cargo será a classe inicial para o ingresso e a classe I a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º O requisito de escolaridade dos cargos e das funções de cada cargo serão fixados no perfil profissiográfico, por Ato da Comissão Executiva.

§ 4º A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação da carga horária e outras características atinentes às funções serão definidas em Ato da Comissão Executiva, observado o disposto na Lei nº 6.174, de 1970.

### CAPÍTULO III DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO

Art. 4º Será adotado o perfil profissiográfico para a realização de concurso público, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação, formação, capacitação profissional, aperfeiçoamento e outros institutos de desenvolvimento em cada carreira.

§ 1º Perfil profissiográfico é o documento formal da descrição de funções dos cargos, indicando tarefas genéricas, específicas e especializadas, requisitos de escolaridade, exigências físicas, psicológicas e profissionais e demais condições necessárias ao desempenho do servidor nos cargos e funções.



§ 2º O perfil profissiográfico completo será encaminhado para publicação por meio de Ato da Comissão Executiva da Assembleia no prazo de até sessenta dias a partir da publicação desta Lei.

#### CAPÍTULO IV DO PROVIMENTO E DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 5º O provimento no cargo se dará em sua classe inicial, atendidos os seguintes requisitos para a investidura:

I - existência de vaga no cargo e na classe de ingresso;

II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - registro profissional regular no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional seja regulamentado por Lei;

IV - inspeção médica, de caráter eliminatório, realizada por órgão de perícia oficial do Estado, podendo conter exame psicológico;

V - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo ou função, previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público previsto no inciso II deste artigo.

Parágrafo único. A comprovação do preenchimento dos requisitos previstos nos incisos deste artigo precede a nomeação.

Art. 6º O estágio probatório será de três anos de efetivo exercício no cargo, observado o disposto na Constituição Estadual.

Art. 7º Institui a avaliação especial de estágio probatório do servidor com os seguintes objetivos:

I – apurar a aptidão do servidor para o cargo efetivo, para efeitos da estabilidade prevista na Constituição Estadual;

II – promover a adaptação do servidor em estágio probatório ao trabalho, possibilitando seu desenvolvimento profissional e a qualidade dos serviços prestados ao Poder Legislativo.

Art. 8º O servidor em estágio probatório terá sua aptidão avaliada observando-se os seguintes requisitos:

I – assiduidade;

II – disciplina;

III – capacidade de iniciativa;

IV – administração do tempo e tempestividade;

V – responsabilidade;

VI – produtividade;

VII – capacidade física e mental compatível com o desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º Quando do ingresso de novos servidores será constituída Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, composta por três servidores efetivos estáveis designados pelo Diretor-Geral para cumprimento de mandato de dois anos, renovando-se pelo menos um dos membros bienalmente, enquanto houver servidores em cumprimento de estágio probatório.

§ 2º A apuração da nota atribuída ao avaliado será mensurada por meio de Ficha de Avaliação de Estágio Probatório aprovada por Ato da Comissão Executiva e demais subsídios fornecidos pelo respectivo órgão de lotação, sendo considerado insuficiente quando desatendido um dos requisitos constantes no *caput* deste artigo.

§ 3º A avaliação dos requisitos será efetuada na escala de cem a quatrocentos pontos, sendo considerado insuficiente o desempenho do servidor que obtiver nota ponderada inferior a 250 (duzentos e cinquenta) pontos em dois períodos de avaliação consecutivos ou em três períodos alternados de avaliação, em quaisquer dos fatores, conforme regulamentação específica.

§ 4º Se o servidor receber pontuação insuficiente na avaliação a que se refere o § 3º deste artigo, a Diretoria de Pessoal providenciará a sua exoneração junto à Comissão Executiva.

§ 5º A qualquer tempo, verificando-se o desatendimento ao requisito previsto no inciso VII do *caput* deste artigo, o servidor deverá ser encaminhado para perícia médica oficial, para a comprovação da incapacidade física ou mental, na forma regulamentar.

Art. 9º O servidor em estágio probatório cumprirá período de avaliação no órgão de lotação originária, podendo nele ser nomeado para o exercício de cargo em comissão ou receber gratificação em razão de encargos especiais.

§ 1º Na nomeação de servidor em estágio probatório para cargo em comissão ou na atribuição de gratificação em razão de encargos especiais, deverá estar comprovada a correlação das atividades destes cargos com as do cargo efetivo.

§ 2º A nomeação do servidor em avaliação especial de estágio probatório para cargo em comissão que não tenha correlação com o seu cargo efetivo ou que não integre a estrutura de cargos da Administração da Assembleia Legislativa implicará na suspensão do estágio probatório até o retorno do servidor ao exercício do cargo efetivo.

Art. 10. Na hipótese de acumulação legal, o estágio probatório será cumprido em relação a cada cargo para o qual o servidor for nomeado.

Art. 11. O servidor, no período do estágio probatório, somente terá direito às seguintes licenças:

I – para tratamento de saúde;

II – à gestante e paternidade;

III – por acidente em serviço e doença profissional;

IV – para o serviço militar;

V – para concorrer a mandato eletivo na forma da legislação eleitoral;

VI – para o desempenho de mandato de direção de sindicato ou associação de classe, na forma prevista na Constituição Estadual;

VII – para doação de sangue, casamento, falecimento e alistamento eleitoral;

VIII – para desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal;

IX – compulsória.

Art. 12. Não será considerado na contagem do período de estágio probatório o afastamento do servidor superior a sessenta dias em virtude das seguintes licenças:

I – para tratamento de saúde;

II – à gestante e paternidade;

III – por acidente em serviço e doença profissional;

IV – para o serviço militar;

V – para concorrer a mandato eletivo na forma da legislação eleitoral;

VI – para desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal;

VII – para o desempenho de mandato de direção de sindicato ou associação de classe, na forma prevista na Constituição Estadual;

VIII – compulsória.

**Parágrafo único.** No limite de sessenta dias a que se refere o *caput* deste artigo serão considerados os períodos, consecutivos ou não, sempre que somados atingirem mais de sessenta dias no período de cada avaliação em que o servidor se afastar do seu cargo e função.

**Art. 13.** O preenchimento da Ficha de Avaliação de Estágio Probatório do servidor será trimestral e realizado pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

**Parágrafo único.** A periodicidade da avaliação de estágio probatório estabelecida neste artigo não impede que, a qualquer tempo, seja instaurado processo administrativo visando apurar ilícitos funcionais do servidor em estágio probatório, mediante relatório fundamentado, observadas as disposições estatutárias.

**Art. 14.** Compete ao chefe imediato fazer o acompanhamento do servidor em estágio probatório, fornecendo subsídios à Comissão sobre o seu comportamento, desempenho no trabalho e atendimento ou não das exigências do cargo, dentro dos prazos estabelecidos, mediante boletim de acompanhamento, na forma regulamentar.

**Art. 15.** O resultado da avaliação especial de estágio probatório será homologado pela própria Comissão e informado ao servidor.

**§ 1º** Se o servidor não concordar com a avaliação recebida, poderá, no prazo de quinze dias contados da ciência, apresentar pedido de reconsideração à própria Comissão, indicando fundamentadamente e, se entender necessário, mediante provas, as razões de seu inconformismo ensejadoras do pedido de revisão.

**§ 2º** A Comissão decidirá, de forma fundamentada, no prazo de cinco dias do recebimento.

**§ 3º** Da decisão da Comissão caberá recurso para o Diretor-Geral da Assembleia no prazo de cinco dias.

**Art. 16.** Cumprirá novo estágio probatório o servidor estável que, através da aprovação em concurso público, for nomeado para outro cargo, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

**Art. 17.** O agente responsável diretamente pela avaliação do servidor em estágio probatório que, por ação ou omissão, impedir o fiel cumprimento desta Lei e regulamentação respectiva será destituído da chefia, sem prejuízo da instauração de processo administrativo disciplinar.

## CAPÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA E DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

**Art. 18.** O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão, da promoção e da mudança de função.

**Art. 19.** Somente participará dos concursos de progressão e promoção o servidor que obtiver resultado satisfatório na média do último biênio da avaliação de desempenho, excetuando-se a progressão por antiguidade.



§ 1º Resultado satisfatório consiste na pontuação igual ou superior a 250 (duzentos e cinquenta) pontos, conforme regulamentado por Ato da Comissão Executiva.

§ 2º Os títulos de cursos de aperfeiçoamento de que trata o inciso IV do § 3º do art. 26 e o inciso II do art. 33, ambos desta Lei, somente poderão ser utilizados uma única vez para efeito de desenvolvimento na carreira.

§ 4º Para a progressão ou promoção por merecimento serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por instituição de ensino reconhecida legalmente e que guardem pertinência com o cargo ocupado pelo servidor.

### **Seção I** **Da Avaliação de Desempenho**

**Art. 20.** O servidor efetivo estável da Assembleia submeter-se-á à avaliação semestral de desempenho, realizada por comissão específica composta por três servidores efetivos, que avaliará o servidor através dos subsídios fornecidos pelo respectivo órgão de lotação, com fundamento nos seguintes critérios:

I - qualidade do trabalho: grau de exatidão, correção e clareza das atividades executadas;

II - produtividade: volume de trabalho executado em determinado espaço de tempo;

III - iniciativa: comportamento proativo no âmbito de atuação, buscando garantir eficiência e eficácia na execução das tarefas;

IV - presteza: disposição para agir prontamente no cumprimento das demandas de trabalho;

V - aproveitamento em programa de capacitação: aplicação dos conhecimentos adquiridos em atividades de capacitação;

VI - assiduidade: comparecimento regular e permanência no local de trabalho;

VII - pontualidade: observância do horário de trabalho e cumprimento da carga horária definida para o cargo ocupado;

VIII - administração do tempo e tempestividade: capacidade de cumprir as demandas dentro dos prazos previamente estabelecidos;

IX - uso adequado dos equipamentos e instalações de serviço: cuidado e zelo na utilização e conservação dos equipamentos e instalações no exercício das atividades;

X - aproveitamento dos recursos e racionalização de processos: melhor utilização dos recursos disponíveis, visando à melhoria dos fluxos dos processos de trabalho e à consecução de resultados eficientes;

XI - capacidade de trabalho em equipe: capacidade de desenvolver as tarefas em equipe, valorizando o conjunto na busca de resultados comuns.

§ 1º Para a realização da avaliação semestral de desempenho, será constituída Comissão de Avaliação de Desempenho, composta por três servidores efetivos estáveis designados pelo Diretor-Geral, renovando-se pelo menos um dos membros bianualmente.

§ 2º A avaliação do servidor será aferida através de Ficha de Avaliação de Desempenho aprovada por Ato da Comissão Executiva.

Art. 21. Compete ao chefe imediato o acompanhamento do servidor, fornecendo subsídios à Comissão sobre o seu comportamento, desempenho e produtividade, dentro dos prazos estabelecidos, mediante o preenchimento de boletim de acompanhamento.

**Art. 22.** Para cada critério o servidor receberá uma avaliação entre cem e quatrocentos pontos, sendo considerado insatisfatório o desempenho do servidor que obtiver nota ponderada inferior a 250 (duzentos e cinquenta) pontos em dois períodos de avaliação consecutivos ou em três períodos alternados.

**Art. 23.** O resultado da avaliação especial de desempenho será homologado pela própria Comissão e informado ao servidor.

**§ 1º** Se o servidor não concordar com a avaliação recebida, poderá, no prazo de quinze dias contados da ciência, apresentar pedido de reconsideração à própria Comissão, indicando fundamentadamente e, se entender necessário, mediante provas, as razões de seu inconformismo ensejadoras de pedido de reconsideração.

**§ 2º** A Comissão decidirá, de forma fundamentada, no prazo de cinco dias do recebimento.

**§ 3º** Da decisão da Comissão caberá recurso para o Diretor-Geral da Assembleia no prazo de cinco dias.

**Art. 24.** Será instaurado procedimento administrativo na forma da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para analisar e atribuir penalidade, quando couber, ao servidor que receber:

I - dois conceitos sucessivos de desempenho insatisfatório; ou

II - três conceitos alternados de desempenho insatisfatório nas últimas cinco avaliações.

## **Seção II** **Da Progressão**

**Art. 25.** Progressão é a passagem do servidor de um nível para o nível imediatamente superior, dentro da mesma classe e carreira.

Art. 26. A progressão do servidor efetivo dar-se-á dentro da classe, por antiguidade e merecimento.

§ 1º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada três anos de efetivo exercício e será equivalente a uma referência salarial, obedecendo às seguintes regras:

I - o período de estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antiguidade;

II - para efeitos deste parágrafo, não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, excetuando-se o tempo de serviço prestado pelo Regime CLT no Poder Legislativo Estadual;

III - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados para efeito deste parágrafo.

§ 2º Somente na primeira progressão por antiguidade, levando-se em consideração todo período de efetivo exercício de serviço público, o servidor passará de uma classe para a outra caso o tempo de serviço público efetivo prestado ao Estado do Paraná seja superior aos níveis salariais existentes na classe em que se encontra.

§ 3º A progressão por merecimento ocorrerá a cada três anos, cumprido o interstício mínimo de dois anos de efetivo exercício no nível em que se encontrava, condicionada ao resultado da avaliação periódica de desempenho individual, na forma a ser prevista por Ato da Comissão Executiva, levando-se em consideração os seguintes requisitos:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - produtividade;

IV - frequência e aproveitamento em cursos de formação e aperfeiçoamento, com a apresentação de certificado e/ou diploma.

**Art. 27.** Não obterá progressão funcional o servidor:

I - em estágio probatório;

II - em disponibilidade;

III - que tenha sofrido sanção disciplinar no período de avaliação;

IV - com desempenho insuficiente na avaliação individual.

**Parágrafo único.** As hipóteses dos incisos II e IV deste artigo não se aplicam à progressão por antiguidade.

**Art. 28.** São causas de suspensão do interstício para a progressão funcional:

I - as faltas não justificadas;

II - a prisão não decorrente de sentença definitiva;

III - o cumprimento de qualquer sanção disciplinar;

IV - a cessão ou disposição funcional a outro órgão ou entidade da Administração;

V - os períodos de licença para:

a) tratamento de saúde superior a 180 (cento e oitenta) dias;

b) tratamento de saúde em pessoa da família;

c) trato de assuntos de interesses particulares;



d) acompanhamento de cônjuge ou companheiro, que seja servidor público, quando designado para atuar em funções públicas, em outra localidade;

e) exercício de mandato eletivo;

f) missão ou estudo no exterior;

g) capacitação profissional, com participação em curso de formação, decorrente de aprovação em concurso, para outro órgão da Administração Pública.

**Parágrafo único.** As hipóteses de suspensão previstas no inciso IV e na alínea 'a' do inciso V deste artigo não são aplicáveis para a progressão por antiguidade.

**Art. 29.** Nos casos em que estiverem satisfeitos os requisitos para ambas as modalidades de progressão, as mesmas poderão ser percebidas simultaneamente pelo servidor.

**Art. 30.** O procedimento de progressão funcional será conduzido por Comissão Especial de Progressão instituída especialmente para tal finalidade, composta por três servidores efetivos estáveis designados pelo Diretor-Geral, renovando-se pelo menos um dos membros trienalmente.

**Parágrafo único.** Da decisão da Comissão Especial de Progressão cabe recurso à Diretoria Geral, no prazo de cinco dias contado da publicação da decisão no Diário Oficial da Assembleia.

**Art. 31.** O procedimento de progressão funcional dos servidores será instaurado por Ato da Comissão Executiva.

**§ 1º** A progressão funcional somente será efetivada após a publicação do Ato concessório individualizado no Diário Oficial da Assembleia, decorrendo a partir de então seus efeitos financeiros.

**§ 2º** Os efeitos financeiros da progressão ficam condicionados à disponibilidade orçamentária e ao atendimento das condições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.



### Seção III Da Promoção

**Art. 32.** Promoção é a passagem do servidor estável em efetivo exercício em uma classe para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo, conforme o Anexo II da presente Lei.

**Art. 33.** A promoção ocorrerá a cada quatro anos, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

I - existência de vaga na classe;

II - avaliação de títulos, tais como titulação escolar formal, capacitação complementar, atualização, aperfeiçoamento, especialização e experiência;

III - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e na função;

IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido, nos termos do art. 20 desta Lei;

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em regulamentação específica.

§ 1º O diploma de graduação em curso de nível médio e técnico, ou de curso superior, ambos expedidos por instituição de ensino legalmente reconhecida, diverso daquele exigido para o ingresso no cargo, servirão para acesso à classe imediatamente superior da carreira, desde que relacionado à área de atuação do servidor.

§ 2º Para os servidores ocupantes de cargo de nível superior, o certificado de conclusão de curso de especialização cuja carga horária seja de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas será considerado para o acesso à classe imediatamente superior.

§ 3º Diploma de mestrado ou doutorado em área relacionada à atuação do servidor nesta Casa também pode ser utilizado para o acesso à classe superior.

Art. 34. Havendo vaga na classe, o servidor que cumprir os requisitos previstos no art. 33 desta Lei poderá concorrer à promoção para a classe imediatamente superior à sua.

§ 1º A cada quatro anos será constituída Comissão Especial de Promoção, composta de três servidores efetivos estáveis designados pelo Diretor-Geral, renovando-se um dos membros quando da formação de nova Comissão, com a finalidade de apontar, dentre os concorrentes à vaga disponível na classe, aquele que será promovido.

§ 2º A Diretoria de lotação apresentará relatório com o desempenho do servidor, observada a regulamentação da Comissão Executiva, e encaminhará à Comissão Especial de Promoção para análise e decisão.

§ 3º A Comissão Especial de Promoção avaliará os relatórios de servidores que concorrerão à vaga e decidirá, de forma fundamentada e levando em consideração a eficiência do servidor nas atribuições do cargo que ocupa, os títulos conquistados, a participação em cursos e demais requisitos previstos em regulamentação.

§ 4º Da decisão da Comissão Especial de Promoção cabe recurso à Diretoria Geral, no prazo de cinco dias contado da publicação da decisão no Diário Oficial da Assembleia.

§ 5º Após finalizado o processo de promoção, o servidor será promovido por Ato da Comissão Executiva.

§ 6º As vantagens patrimoniais decorrentes da promoção serão devidas após a publicação do Ato que promover o servidor, e estão condicionadas à disponibilidade orçamentária e aos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### Seção IV Da Mudança de Função

**Art. 35.** A mudança de função poderá ocorrer quando, por interesse da Administração, for conveniente a atuação do servidor em outras atividades da mesma carreira, cargo e classe e sem alteração de vencimentos, desde que o servidor possua a capacitação profissional para o pleno exercício das novas atribuições, sempre a critério da Comissão Executiva da Assembleia.

#### CAPÍTULO VI DA DISPOSIÇÃO FUNCIONAL

**Art. 36.** O servidor efetivo do Quadro Próprio do Poder Legislativo que já tenha concluído o estágio probatório poderá ser cedido a outros Poderes, Órgãos ou Unidades da Administração Direta e Indireta da União, do Estado do Paraná ou dos Municípios deste Estado por Ato da Comissão Executiva, na forma da legislação em vigor.

§ 1º A cessão dos servidores da Assembleia Legislativa deve se dar com ônus mediante ressarcimento ou sem ônus para a origem, admitindo-se a modalidade com ônus para a origem apenas quando houver manifesto interesse da Assembleia.

§ 2º O servidor somente poderá deixar de se apresentar no setor de origem após a autorização da disposição funcional e a publicação do Ato no Diário Oficial da Assembleia.

§ 3º O órgão público responsável pelo ponto do servidor cedido deve encaminhar, até o quinto dia útil do mês subsequente, o registro de frequência do servidor relativo ao mês anterior à Diretoria de Pessoal da Assembleia Legislativa, sob pena de revogação da disposição em caso de atraso superior a sessenta dias.

§ 4º As disposições funcionais com ônus para a origem mediante ressarcimento ficam automaticamente revogadas quando o ressarcimento deixar de ser efetuado dentro do prazo máximo de noventa dias, devendo o servidor se reapresentar à Diretoria de Pessoal em até dez dias úteis.

§ 5º Finda a cessão, o servidor terá o prazo máximo de cinco dias úteis para apresentar-se à Diretoria de Pessoal da Assembleia, salvo impedimento grave, devidamente comprovado, sob pena de instauração de processo administrativo por abandono de cargo.

§ 6º Os servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão não poderão ser cedidos.

## CAPÍTULO VII DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 37. A remuneração dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo é composta pelo vencimento básico acrescido das vantagens pecuniárias permanentes e transitórias previstas em lei.

Parágrafo único. A tabela de vencimentos das carreiras do Quadro Próprio do Poder Legislativo é aquela prevista no Anexo II desta Lei.

Art. 38. Além do vencimento básico, poderão ser atribuídas aos servidores do Quadro Próprio do Poder Legislativo as seguintes vantagens pecuniárias:

I - adicionais por tempo de serviço;

II - verba de representação;

III - gratificações, na forma do art. 172 e seguintes da Lei nº 6.174, de 1970, exceto aquelas previstas nos incisos I a IV do art. 172 do mesmo diploma;

IV – diárias;

V - outras verbas de cunho indenizatório, atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, na forma regulamentada por Resolução da Assembleia.

§ 1º O vencimento básico será pago em conformidade com o nível e com a classe ocupada pelo servidor, conforme tabela constante no Anexo II.

§ 2º Os adicionais por tempo de serviço serão concedidos na forma dos arts. 170 e 171 da Lei nº 6.174, de 1970.

§ 3º A verba de representação poderá ser atribuída aos servidores efetivos nos seguintes percentuais:

I - oitenta por cento sobre o vencimento básico para os ocupantes de cargo de Analista Legislativo Advogado;

II – quarenta por cento sobre o vencimento básico para os demais ocupantes do cargo de Analista Legislativo;

III - vinte por cento para os ocupantes dos cargos de Técnico Legislativo e Auxiliar Legislativo.

§ 4º A verba de representação será concedida ao servidor no pleno exercício das atribuições próprias do cargo, obedecidos aos requisitos e condições previstos em Ato da Comissão Executiva.

§ 5º Aos servidores que atualmente percebem a verba de representação fica assegurada a sua percepção, nos mesmos percentuais previstos na legislação anterior para todos os efeitos legais, inclusive aposentadoria.

**Art. 39.** Veda a concessão aos servidores efetivos de adicionais ou vantagens pecuniárias não previstas na presente Lei, bem como em bases e limites superiores aos nela fixados, ficando extintas, dentre outras, as seguintes vantagens:

I – gratificação de apoio administrativo, prevista no art. 21 da Lei nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010;

II – gratificação de representação de gabinete, conforme prevista na Resolução nº 45, de 13 de outubro de 1989;

III – gratificação de atividade, criada pelo Ato da Comissão Executiva nº 43, de 1993;

IV – abono de assessoramento parlamentar, criada pelo Ato da Comissão Executiva nº 625, de 2010;

V – gratificação de produtividade;

VI – abono.

**Art. 40.** As gratificações e demais benefícios referidos neste capítulo serão devidos ao servidor alocado na respectiva unidade do Poder, e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado ou disponibilidade funcional.

**Art. 41.** À exceção dos ocupantes do cargo de Procurador, em razão de expressa previsão Constitucional, nenhum servidor do quadro próprio do Poder Legislativo receberá remuneração mensal superior ao subsídio atribuído ao Deputado Estadual.

**Art. 42.** Os ocupantes do cargo de Procurador da Assembleia farão jus à remuneração atribuída aos Procuradores do Estado do Paraná conforme previsão da Lei Complementar nº 161, de 3 de outubro de 2013, em observância ao disposto no §



3º do art. 243 da Constituição Estadual, observada a exata correspondência entre as classes.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Art. 43.** No prazo de até sessenta dias da data da publicação da presente Lei, Ato da Comissão Executiva enquadrará os servidores efetivos e estáveis nas novas referências e classes de cargos.

**Art. 44.** Os atuais servidores serão enquadrados no cargo de hierarquia equivalente ao anteriormente ocupado, com atribuições idênticas ou assemelhadas, observados os princípios previstos na Constituição Federal.

**§ 1º** O enquadramento se fará na mesma referência salarial atualmente ocupada, ou caso não seja possível, em referência equivalente.

**§ 2º** Eventual desvio de função não assegura ao servidor acesso a cargo diverso ou de maior hierarquia.

**Art. 45.** Após a publicação do enquadramento a que alude o art. 44 desta Lei, os servidores terão prazo de quinze dias para apresentar recurso da decisão, que será apreciado por uma Comissão Especial designada pelo Diretor-Geral da Assembleia, composta por três servidores efetivos.

**Art. 46.** O enquadramento do servidor inativo e gerador de pensão ao disposto na presente Lei será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas, observadas as normas legais aplicáveis.

**Art. 47.** Assegura aos servidores a irredutibilidade dos vencimentos, mediante a percepção, por meio da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, do valor da diferença entre a remuneração prevista na presente Lei e aquela recebida sob o regime anterior.

**§ 1º** A VPNI corresponderá ao valor da remuneração percebida pelo servidor no mês imediatamente anterior ao da aplicação desta Lei, deduzido o valor correspondente à elevação dos vencimentos por conta do novo enquadramento.

§ 2º A diferença de vencimentos de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte, e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento na carreira e das revisões gerais anuais.

§ 3º Sobre a VPNI incidirão, exclusivamente, os reajustes provenientes das revisões gerais anuais.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 48.** Declara em extinção os cargos de Médico, Dentista, Enfermeiro, Agente de Saúde e Biólogo, da área de saúde, sendo assegurado aos atuais ocupantes a permanência no cargo até a vacância, mantidos os mesmos direitos e atribuições.

**Art. 49.** Extingue os cargos de Editor, Designer Gráfico, Arte-Finalista, Impressor e Encadernador, da área de artes gráficas.

**Parágrafo único.** Os atuais ocupantes dos cargos extintos por esta Lei serão enquadrados em cargos de mesma hierarquia e escolaridade, observada as habilidades profissionais individuais.

**Art. 50.** O cargo de Taquígrafo voltará a ser denominado de Taquígrafo Revisor, privativo de portadores de diploma de nível superior, e com as competências e atribuições previstas no perfil profissiográfico.

**Art. 51.** Todos os cargos cujo nível de escolaridade é o ensino superior passam a ser denominados Analista Legislativo, acrescido da área de especialidade, quando houver, na forma da tabela de correlação constante do Anexo III desta Lei.

Art. 52. Todos os cargos cujo nível de escolaridade é o ensino médio ou curso técnico passam a ser denominados Técnico Legislativo, acrescido da área de especialidade, quando houver, na forma da tabela de correlação constante do Anexo III desta Lei.

Art. 53. Os cargos cujo nível de escolaridade é o ensino fundamental ficam agrupados sob a nomenclatura de Auxiliar Legislativo, na forma da tabela de correlação constante do Anexo III desta Lei, e serão extintos ao vagar.

Art. 54. Extingue automaticamente, após a vacância, os cargos de provimento efetivo porventura existentes na estrutura funcional da Assembleia que não estejam previstos no quantitativo de cargos da presente Lei.

Art. 55. A partir da data de vigência desta Lei, para cada cargo efetivo provido por servidor aprovado em concurso público será automaticamente extinto um cargo de provimento em comissão da Administração da Assembleia Legislativa de maior correlação, dentre os previstos no art. 10 da Lei nº 16.792, de 25 de fevereiro de 2011, ou por dispositivo legal a ele correspondente de ato legislativo que lhe sobrevier.

Art. 56. Os sistemas de avaliação previstos nesta Lei serão regulamentados pela Comissão Executiva.


Art. 57. A implementação dos efeitos financeiros decorrentes desta Lei fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para tanto, bem como ao atendimento dos limites de despesas com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 58. O prazo prescricional para pleitear a revisão dos efeitos decorrentes desta Lei se encerra em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

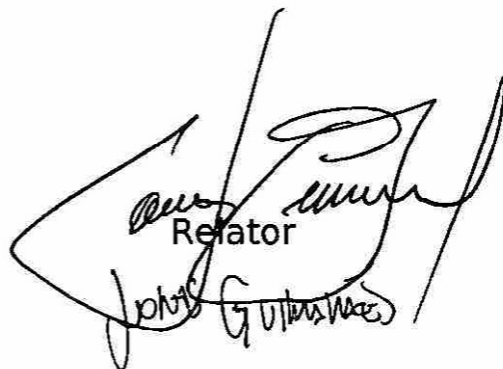
Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60. Revoga os arts. 1º, 2º, 8º e 25 a 33 da Lei nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2014.



ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator



Roberto Lillo



Relator

## ANEXO I - Carreiras e Cargos

carreira	cargos	nº
<b>PROCURADOR</b>	Procurador Classe 1	2
	Procurador Classe 2	3
	Procurador Classe 3	4
	<b>Total</b>	<b>9</b>

carreira	cargos	nº
<b>ANALISTA LEGISLATIVO</b>	Analista Legislativo - Assessor de Comissão	50
	Analista Legislativo - Desenvolvedor de Sistemas	10
	Analista Legislativo - Biblioteconomista	4
	Analista Legislativo - Administrador	55
	Analista Legislativo - Economista	10
	Analista Legislativo - Advogado	40
	Analista Legislativo - Contador	10
	Analista Legislativo - Jornalista	15
	Analista Legislativo - Analista de Rede	5
	Analista Legislativo - Revisor Legislativo	10
	Analista Legislativo - Taquígrafo Revisor	20
	Analista Legislativo - Engenheiro	2
	<b>Total</b>	<b>231</b>

carreira	cargos	nº
<b>TÉCNICO LEGISLATIVO</b>	Técnico Legislativo - Legislativo	35
	Técnico Legislativo - Administrativo	110
	Técnico Legislativo - Suporte e Manutenção	5
	Técnico em Contabilidade	20
	<b>Total</b>	<b>170</b>

carreira	cargos	nº
<b>AUXILIAR LEGISLATIVO</b>	Auxiliar Legislativo - administrativo	110
	Auxiliar Legislativo - motorista	10
	Auxiliar Legislativo - porteiro	20
	<b>Total</b>	<b>140</b>

<b>Total geral de cargos</b>		<b>550</b>
------------------------------	--	------------

## ANEXO II - Tabela de Vencimentos

ANALISTA LEGISLATIVO			
NÍVEL/CLASSE	III	II	I
1	4.343,34	5.190,30	6.037,26
2	4.464,33	5.311,29	6.158,25
3	4.585,33	5.432,29	6.279,24
4	4.706,32	5.553,28	6.400,24
5	4.827,32	5.674,27	6.521,23
6	4.948,31	5.795,27	6.642,23
7	5.069,30	5.916,26	6.763,22
TÉCNICO LEGISLATIVO			
NÍVEL/CLASSE	III	II	I
1	3.159,36	3.551,94	3.944,52
2	3.215,44	3.608,02	4.000,60
3	3.271,53	3.664,10	4.056,68
4	3.327,61	3.720,19	4.112,76
5	3.383,69	3.776,27	4.168,85
6	3.439,77	3.832,35	4.224,93
7	3.495,86	3.888,43	4.281,01
AUXILIAR LEGISLATIVO			
NÍVEL/CLASSE	III	II	I
1	2.298,08	2.583,64	2.869,20
2	2.338,87	2.624,43	2.909,99
3	2.379,67	2.665,23	2.950,78
4	2.420,46	2.706,02	2.991,58
5	2.461,26	2.746,81	3.032,37
6	2.502,05	2.787,61	3.073,17



## Anexo III – Correlação de Cargos

### NÍVEL SUPERIOR

Procurador Classe 1	Procurador da Assembleia Classe 1
Procurador Classe 2	Procurador da Assembleia Classe 2
Procurador Classe 3	Procurador da Assembleia Classe 3

Consultor Legislativo	Analista Legislativo – Assessor de Comissão
Consultor Técnico Legislativo	
Secretário de Comissão	
Assistente de Comissão	

Consultor Jurídico	Analista Legislativo – Advogado
Consultor Administrativo	Analista Legislativo – Administrador
	Analista Legislativo – Economista
Biblioteconomista	Analista Legislativo - Biblioteconomista
Jornalista	Analista Legislativo - Jornalista
Revisor	Analista Legislativo – Revisor Legislativo
Taquígrafo	Analista Legislativo – Taquígrafo Revisor
Programador	Analista Legislativo – Analista de Rede
Analista de Sistemas	Analista Legislativo – Desenvolvedor de Sistemas
Contador	Analista Legislativo - Contador
Engenheiro	Analista Legislativo - Engenheiro

Médico	Analista Legislativo – Médico
Dentista	Analista Legislativo – Dentista
Enfermeiro	Analista Legislativo – Enfermeiro
Agente de Saúde	Analista Legislativo – Fisioterapeuta
	Analista Legislativo – Psicólogo
	Analista Legislativo – Agente de Saúde

### NÍVEL MÉDIO

Auxiliar de Cerimonial	Técnico Legislativo - Legislativo
Bibliotecário	
Assessor Comissões Permanentes	
Operador	
Digitador	
Editor	
Calígrafo	
Fotógrafo	
Almoxarife	
Técnico em Climatização	
Técnico de Som	

28-10

Técnico Administrativo	Técnico Legislativo - Administrativo
Programador	Técnico Legislativo - Suporte e Manutenção
Técnico em Contabilidade	Técnico Legislativo - Técnico em Contabilidade

#### NÍVEL BÁSICO

Assistente Administrativo	Auxiliar Legislativo - Administrativo
Auxiliar Administrativo	
Ascensorista	
Servente	
Telefonista	
Zelador	
Operador de Fotocopiadora	
Auxiliar de Plenário	
Garçon	
Eletricista	
Jardineiro	
Pintor	
Eletricista	
Pedreiro	
Barbeiro	
Chaveiro	
Carpinteiro	

Mecânico	Auxiliar Legislativo - Motorista
Garagista	
Motorista	

Porteiro	Auxiliar Legislativo - Porteiro
Recepcionista	
Segurança	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 237/2014

Estabelece o quantitativo dos cargos e funções em confiança que especifica, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, e adota outras providências.

**Art. 1º** Cria, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, os seguintes cargos de provimento em comissão de Direção Acadêmica, simbologia DA, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior da Universidade:

I – dezesseis cargos DA-1, sendo:

- a) sete de Diretor-Geral de Campus;
- b) seis de Pró-Reitor;
- c) um de Chefe de Gabinete do Reitor;
- c) um de Procurador Jurídico; e
- d) um de Assessor de Comunicação;

II – dezoito cargos DA-2, sendo:

- a) dezesseis de Diretor de Centro de Ensino;
- b) um de Auditor; e

c) um de Coordenador de Unidade de Concurso e Seleção;

III – trinta cargos DA-3, sendo:

- a) sete de Vice-Diretor Geral de Campus;
- b) dezesseis de Diretor de Pró-Reitoria;
- c) cinco de Assessor Especial;
- d) um de Ouvidor; e
- e) um de Diretor de Órgão Suplementar.

§ 1º Os cargos em comissão de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providos conforme dispuser o regulamento da Instituição, podendo a escolha do ocupante recair ou não em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei nº 11.713, de 7 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.825, de 12 de setembro de 2005, e pela Lei nº 15.944, de 9 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário, de que trata a Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, com os acréscimos definidos nos arts. 3º, 4º e 6º da Lei nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º Os detentores dos cargos referidos neste artigo:

I - deverão possuir, no mínimo, formação em nível de graduação;

II - são destituíveis a qualquer momento, a critério da autoridade concedente, nos termos da lei;

III - quando detentor de cargo efetivo fica-lhes assegurado o retorno às atividades atinentes ao seu cargo de origem.

Art. 2º Cria, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná, as seguintes Funções Acadêmicas – FA, que se destinam a atender as funções de confiança da chefia intermediária para a estrutura administrativa da Universidade:

I - onze funções FA-1, sendo:

a) dez de Coordenador de Colegiado de Curso de Graduação; e

b) uma de Comissão Permanente de Avaliação;

II – dezessete funções FA-2, sendo:

a) uma de Secretário de Reitoria; e

b) dezesseis de Chefe de Divisão de Reitoria;

III – três funções FA-3 para pregoeiro.

**Parágrafo único.** As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providas conforme dispuser o regulamento da Instituição, devendo a escolha do ocupante necessariamente recair em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei nº 11.713, de 1997, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.825, de 2005 e pela Lei nº 15.944, de 2008, ou de Agente Universitário de que trata a Lei nº 15.050, de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos arts. 3º, 4º e 6º da Lei nº 14.269, de 2003.

**Art. 3º** A remuneração devida pelo exercício dos cargos de Direção Acadêmica e das Funções Acadêmicas ora tratados é a que consta do Anexo I desta Lei, sendo vedada qualquer outra forma de cálculo, parcela ou prática.

**Parágrafo único.** Se o nomeado ao exercício de cargo em comissão for servidor da Instituição Estadual de Ensino Superior, de qualquer carreira, perceberá o vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido do valor integral da remuneração referente ao cargo em comissão no qual foi provido.

**Art. 4º** É vedado atribuir cargo de Direção Acadêmica ou Função Acadêmica ou remunerar de outro modo qualquer pessoa pela condição de membro de conselhos superiores da instituição.

Art. 5º A jornada de trabalho de ocupante de cargo de Direção Acadêmica ou de Função Acadêmica será, no mínimo, de tempo integral, sendo vedada a percepção simultânea de horas extras.

Art. 6º Os servidores que forem designados para ocupação eventual de cargos de Direção Acadêmica ou de Funções Acadêmicas em substituição aos titulares, por período superior a dez dias consecutivos, terão direito à percepção do valor proporcional aos dias trabalhados.

Art. 7º A remuneração dos cargos de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas a que se refere esta Lei é de natureza indenizatória, não incorporável aos vencimentos, nem computadas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirão de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 8º Os valores constantes do Anexo I desta Lei serão alterados na mesma data de atualização e índices que incidirem sobre a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão "DAS" e "C" do Poder Executivo.

Art. 9º Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI e da Fazenda - SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 10. As disposições desta Lei somente poderão ser implementadas se estiverem dentro dos limites orçamentários e financeiros do Estado e de acordo com a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Joviano

  
Relator

  
Ruy



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 267/2014

Acréscce o § 7º ao art. 21 da Lei nº 11.713, de 7 de maio de 1997, que dispõe sobre as carreiras do pessoal docente e técnico-administrativo das Instituições de Ensino Superior.

Art. 1º Acréscce o § 7º ao art. 21 da Lei nº 11.713, de 7 de maio de 1997, que dispõe sobre as carreiras do pessoal docente e técnico-administrativo das Instituições de Ensino Superior, com a seguinte redação:

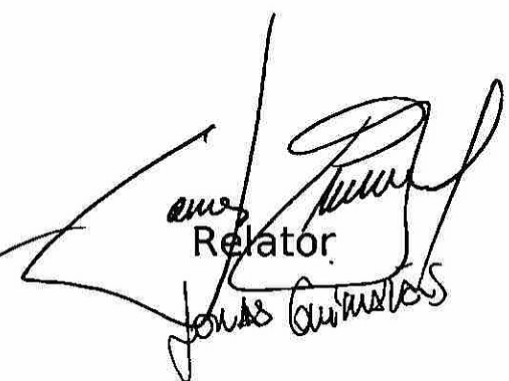
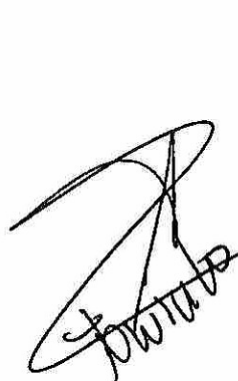
“§ 7º Ao Agente Universitário investido no serviço público antes da entrada em vigor da Lei nº 17.382, de 6 de dezembro de 2012, fica reestabelecida a carga horária até então praticada.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não gerando qualquer efeito pretérito.


Sala das Comissões, 25 de junho de 2014.



ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 97/2014**

Altera a Lei nº 9.944, de 27 de abril de 1992, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.944, de 27 de abril de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu e foro no Município de Foz do Iguaçu”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCILIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de modificação do nome, da sede e do foro da entidade declarada de Utilidade Pública de acordo com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 97/2014**

**Projeto de Lei nº. 97/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 9.944, de 27 de abril de 1992, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.944/1992 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “SOCIEDADE PESTALOZZI DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO” PARA “ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE ITAIPU E FORO NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 9.944/1992. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Sociedade Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no município.

O projeto pretende modificar a denominação da "Sociedade Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no município" para "Associação Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu e foro no Município de Foz do Iguaçu", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
Dep. Cordeiro

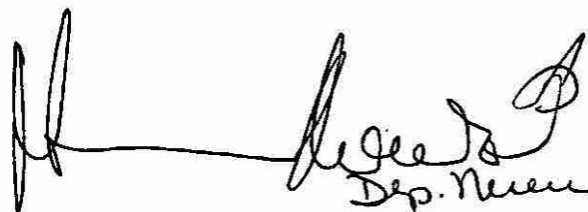
  
Dep. Targino

  
Dep. Fernando

  
Dep. Triciano

  
Dep. Baston

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**APROVADO**

**25.03.14**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01  
DAP 02 ABR 2014  
Visto Claudio

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 97/2014**



Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 97/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 9.944, de 27 de abril de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 2 de abril de 2014.

Deputado Calto Quintana  
Presidente

Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tercilio Turini  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

Deputado Andre Bueno  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 9.944, de 27 de abril de 1992, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 97/2014**

**Projeto de Lei nº 97/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

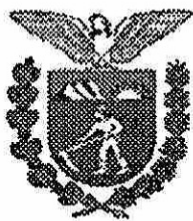
**Súmula:** Altera a Lei nº 9.944, de 27 de abril de 1992, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDÀ MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 9.944, de 27 de abril de 1992.

Ocorre que, em data de 02 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça







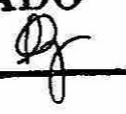
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
  
  
  
**APROVADO**  
14/04/14 

Prça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal khury*



**PROJETO DE LEI Nº 416/13**



Declara de utilidade Pública a  
**Rede Feminina de Combate ao  
Câncer de Rio Negro e Mafra,**  
com sede e foro no Município de  
Rio Negro - PR.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Rio Negro e Mafra, com sede e foro no Município de Rio Negro - PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2013.

  
**MAURO MORAES**  
Deputado Estadual

## JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que envio à apreciação dessa Casa Legislativa tem como finalidade declarar de Utilidade Pública a **Rede Feminina de Combate ao Câncer de Rio Negro e Mafra (RFCC)**, com sede e foro na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer, fundada em 1962 sendo uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, assistencial e filantrópico, tem como finalidade:

- a) Difundir conhecimento gerais sobre o câncer, visando principalmente, à prevenção da moléstia, bem como esclarecer a população sob a importância da continuidade de seu tratamento;
- b) Organizar campanhas e angariar donativos e contribuições regulares para auxiliar na manutenção do tratamento de pacientes portadores de câncer;
- c) Auxiliar na assistência ao doente em tratamento;
- d) Participar da definição política e dos planos de saúde para as comunidades de Rio Negro e Mafra, integrando os Conselhos Municipais de Saúde e Assistência Social e dos Direitos da Criança e do adolescente;

A RFCC é formada por 33 voluntários que dedicam seu tempo em prol do paciente oncológico, procurando facilitar sua acessibilidade, amenizando seu sofrimento, dando apoio frente suas dificuldades e necessidades pessoais. Atualmente a rede consta com 285 (duzentos e oitenta e cinco) pacientes cadastrados.

Desta forma, aguardamos que a presente proposição seja aprovada. Segue em anexo as documentações necessárias.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 416/2013**

**Projeto de Lei nº. 416/2013**  
**Autor: Deputado Mauro Moraes**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE RIO NEGRO E MAFRA**, com sede e foro no Município de Rio Negro- PR.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Mauro Moraes, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE RIO NEGRO E MAFRA**, com sede e foro no Município de Rio Negro, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



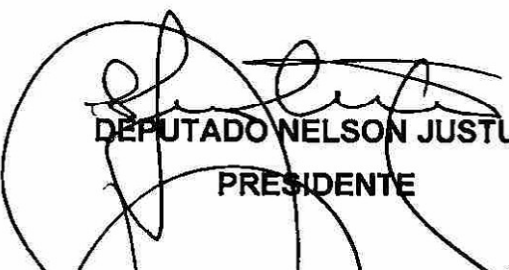
**CONCLUSÃO**

**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



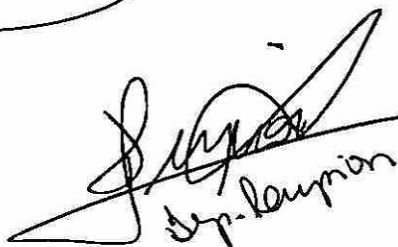
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 24 de Setembro de 2013.

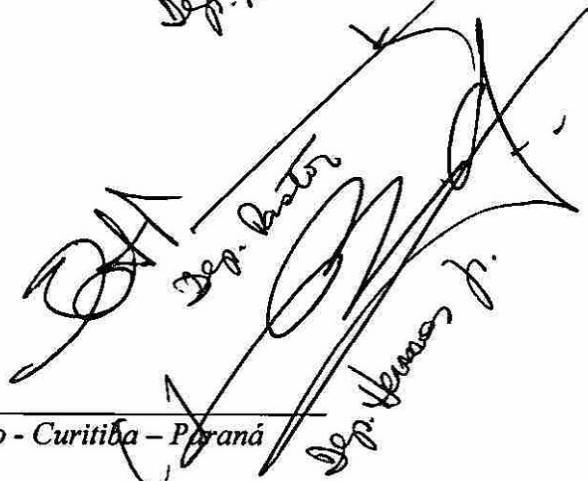
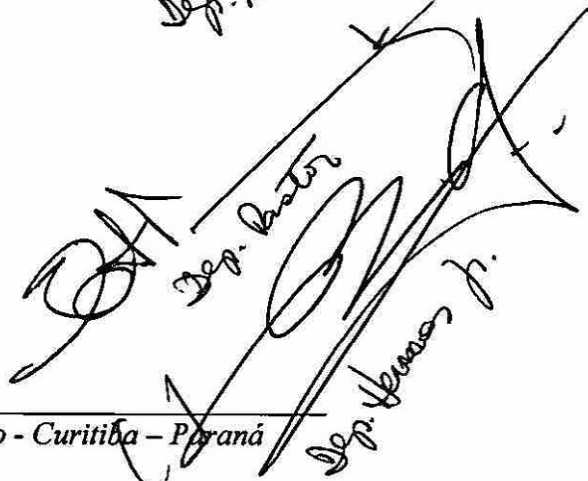
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**


  
Dep. Cal.

  
Dep. Leupion

  
Dep. Turini

  
Dep. Pastor  
  
Dep. Fernandes Jr.

**APROVADO**

24/09/13 

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Curi



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo*

DIRETORIA  
45  
pag.

Curitiba, 22 de novembro de 2013.

Senhora Presidente:

Por meio do presente, e tendo em vista a iminente atualização da legislação que rege as declarações de utilidade pública, solicitamos de Vossa Senhoria a complementação da documentação apresentada pela REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE RIO NEGRO E MAFRA, visando a aprovação do Projeto de Lei para declaração de utilidade pública de tal entidade.

Assim, além do que já foi entregue pela entidade, solicita-se sejam tomadas em tempo hábil as seguintes providências:

1-) *Adequar a redação do Estatuto Social, incluindo cláusulas que prevejam expressamente a aplicação do patrimônio da consecução do objetivo social e não distribuição de lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos associados;*

2-) *Apresentar comprovante de inscrição no Conselho Estadual de Assistência Social.*

Feito isso, favor encaminhar o Estatuto alterado, devidamente registrado, e o comprovante de inscrição à Diretoria Legislativa da ALEP.

Atenciosamente,

  
Deputado CAIO QUINTANA

Presidente da Comissão Especial

À Senhora

**LUCIANE MARIA MACHADO LORENZZI**

Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Rio Negro e Mafra

Rua Nicolau Bley Neto, nº 130, 2º andar, centro

Rio Negro – PR

CEP 83.880-000

416/13



**REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER  
RIO NEGRO/ MAFRA**

**CNPJ – 07.672.414/0001-06**



Ofício RFCC nº005 /2014

Rio Negro, 22 de abril de 2014.

Prezados Senhores

Vimos por meio deste, apresentar a complementação da documentação da instituição Rede Feminina de Combate ao Câncer Rio Negro/Mafra visando a aprovação de projeto de Lei para declaração de utilidade pública.

Em anexo segue: Comprovante de inscrição no conselho Estadual de Assistente Social;  
- Adequação da redação do Estatuto Social.

Ficamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
Luciane Maria Machado Lorenzi  
Presidente RFCC

A/C

Diretora Legislativa da ALEP  
**CURITIBA - PR**

**REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE RIO NEGRO E MAFRA**

Rua: Nicolau Bley neto nº130 Centro – Centro CEP: 83.880.000 Rio Negro/PR  
rfccriomafra@bol.com.br



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



PROJETO DE LEI

265/14

Súmula: Autoriza o Procurador-Geral de Justiça a conceder a gratificação instituída pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, aos policiais civis e militares que integram o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO e a segurança institucional do Ministério Público, e dá outras providências.

**Art. 1º.** Fica o Procurador-Geral de Justiça autorizado a conceder a gratificação instituída pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, aos policiais civis e militares que integram o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO e a segurança institucional do Ministério Público, nos termos da presente lei.

**Parágrafo único.** O procedimento para a concessão da gratificação de que trata este artigo será definido por ato do Procurador-Geral de Justiça.

**Art. 2º.** Os valores da gratificação de que trata o artigo 1º são os fixados nas tabelas constantes do Anexo desta lei.

**Parágrafo único.** Os valores previstos nas tabelas do Anexo ficam sujeitos ao limite correspondente a 10% (dez por cento) do subsídio do Promotor Substituto.

**Art. 3º.** A concessão de gratificação de que trata esta lei dependerá da comprovação da existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 4º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

**Art. 5º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 1º de junho de 2014.

9





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



## ANEXO

SIMBOLOGIA	FUNÇÃO PRIVATIVA-POLICIAL MILITAR NO MINISTÉRIO PÚBLICO	VALOR
FPPM 1	OFICIAL	R\$ 2.055,46
FPPM 2	SUBTENENTE E SARGENTO	R\$ 1.336,04
FPPM 3	CABO E SOLDADO	R\$ 868,43

SIMBOLOGIA	FUNÇÃO PRIVATIVA-POLICIAL CIVIL NO MINISTÉRIO PÚBLICO	VALOR
FPPC 1	DELEGADO	R\$ 2.055,46
FPPC 2	ESCRIVÃO	R\$ 1.336,04
FPPC 3	INVESTIGADOR	R\$ 868,43

9



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe a outorga de autorização ao Procurador-Geral de Justiça para conceder a gratificação instituída pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, aos policiais civis e militares que integram o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO e a segurança institucional do Ministério Público.

Os valores da mencionada gratificação estão fixados nas tabelas constantes do seu Anexo, estando sujeitos ao limite correspondente a 10% (dez por cento) do subsídio do Promotor Substituto.

Cumprе salientar que semelhante vantagem já vem sendo paga aos policiais civis e militares integrantes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, desde os primórdios de sua estruturação, no início dos anos 2000, com base em aplicação extensiva da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (o conhecido Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Paraná), tendo ela, como a nova gratificação que se pretende implementar, dupla finalidade. A primeira é criar um atrativo aos policiais civis e militares que apresentem perfil próprio para integrar o GAECO e nele vir desempenhar suas funções. A segunda finalidade é oferecer uma adicional e justa contraprestação pelo exercício de função diferenciada, que exige especial dedicação, integração e plena sintonia com os demais componentes do grupo de trabalho.

Em face de supervenientes circunstâncias como, a título exemplificativo, a instituição do regime jurídico do subsídio tanto para as carreiras da Polícia Militar como para as carreiras da Polícia Civil (Leis nº 17.169 e nº 17.170, de 24.05.2012, respectivamente), tem a presente proposta por objetivo assegurar a *transparência* e o *controle* nos procedimentos de concessão de vantagens aos policiais civis e militares que integram o GAECO. A par disso, resguarda o princípio da isonomia, vez que pela via legislativa outorga aos policiais civis e militares que integram o GAECO, bem como aos que vierem a compor a segurança institucional do Ministério Público, vantagem de semelhante natureza já instituída a policiais militares

9.





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



que prestam serviços específicos no âmbito da Assembléia Legislativa (Lei nº 17.246, de 24.07.2012) e do Tribunal de Contas do Estado (Lei nº 18.104, de 03.06.2014).

Registre-se que, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Gestão de Pessoas, Divisão de Folha de Pagamento (cf. Informação nº 424/2014), o incremento referente à implementação das tabelas de gratificação pelo exercício da função privativa de policial aos atuais 71 (setenta e um) integrantes do GAECO – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, a partir de 1º de junho próximo passado, terá um impacto financeiro mensal, na folha de pagamento, de R\$ 15.646,25 (quinze mil, seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos), correspondente a um acréscimo mensal de 0,045% (zero vírgula zero quatro cinco por cento), tendo referida despesa, estimada em R\$ 109.523,75 (cento e nove mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) para o presente exercício (considerando o período de jul-dez/2014 e o 13º sal.) e R\$ 203.401,24 (duzentos e três mil, quatrocentos e um reais e vinte e quatro centavos) para os exercícios seguintes (2015 e 2016), previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.886, de 20.12.2013), conforme Informação nº 1630/14, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 1631/14) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, para o exercício de 2014, será de 0,000466% (zero vírgula zero zero zero quatro seis seis por cento) em relação à receita corrente líquida prevista, fixando-se com este acréscimo em 1,747 % (um vírgula sete quatro sete por cento) no período considerado de janeiro a dezembro/2014, donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

9



## DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente da concessão da gratificação pelo exercício de função privativa de policial, objeto do presente Anteprojeto de Lei, aos policiais civis e militares que integram o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO, bem como aos que vierem a compor a segurança institucional do Ministério Público, apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº. 17.886, de 20.12.2013, compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013 (LDO).

Curitiba, 09 de junho de 2014

Gilberto Giacoia  
Procurador Geral de Justiça





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 1172/14-GAB

Curitiba, 09 de junho de 2014.

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 16 JUN. 2014  
1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.

Em, 29/06/2014

Presidente



Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que autoriza o Procurador-Geral de Justiça a conceder a gratificação instituída pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, aos policiais civis e militares que integram o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO e a segurança institucional do Ministério Público e dá outras providências.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Gilberto Giacoia

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

10:12 16/06/2014 00:29:99 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 17172 - 24 de Maio de 2012

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 8721 de 25 de Maio de 2012

**Súmula:** Estabelece a Função Privativa-Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Fica criada a Função Privativa-Policial – FPP para o exercício das atribuições de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica, e para o exercício de atribuições inerentes à Casa Militar da Governadoria do Estado, na forma do Anexo I da presente Lei.

**Art. 2º.** A Função Privativa-Policial é de livre indicação do Titular do Órgão e pode ser retirada no momento em que cessar o exercício da atribuição de direção, chefia e assessoramento.

**Art. 3º.** O número de Funções Privativas-Policiais existentes na estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil, Científica e Casa Militar da Governadoria do Estado é o constante nos Anexos II, III, IV e V, respectivamente.

## CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA EXERCÍCIO

**Art. 4º.** A Função Privativa-Policial é atribuída exclusivamente ao policial militar, civil, delegado, perito oficial e auxiliar de perícia e deve recair, preferencialmente, em militares e servidores civis estáveis com habilitação profissional correspondente.

**§ 1º.** A Função Privativa-Policial é concedida por indicação do Titular do Órgão, exceto em relação à FPP1, que é privativa de nomeação do Chefe do Poder Executivo.

**§ 2º.** O ato concessivo da Função Privativa-Policial deve se dar por meio de nomeação publicada no Diário Oficial do Estado, que contenha o nome completo do servidor, número de identidade, código ou simbologia da função, denominação da função e descrição das tarefas ou atividades a serem desenvolvidas.

## CAPÍTULO III - DA REMUNERAÇÃO DA FUNÇÃO PRIVATIVA POLICIAL

**Art. 5º.** A remuneração da Função Privativa-Policial será efetuada por meio de verba transitória, em valor único, conforme Anexo I da presente Lei.

**Parágrafo único.** A Função Privativa-Policial em substituição será remunerada nas hipóteses de férias, licença maternidade, especial, acidente de trabalho e para tratamento de saúde própria ou em pessoa da família, que impliquem em período de afastamento superior a 15 (quinze) dias.

**Art. 6º.** A percepção da verba transitória decorrente da Função Privativa-Policial é compatível com as seguintes verbas:

**I** - subsídio;

**II** - gratificação natalina;

**III** - adicional de férias;

**IV** - diária;

**V** - indenização por morte e acidentes pessoais;

**VI** - parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da Polícia;

**VII** - indenização por remoção;

**VIII** - ressarcimento por funeral;

**IX** - abono de permanência;

**X** - diferença de subsídio.

**Parágrafo único.** A parcela transitória decorrente da Função Privativa-Policial será incluída no cálculo das férias e gratificação natalina.

**Art. 7º.** Não incidirá contribuição previdenciária sobre a parcela transitória.

**Art. 8º.** A parcela transitória não pode servir de base de cálculo para quaisquer outras verbas remuneratórias, não é incorporável às aposentadorias e pensões e não é acumulável com cargo em comissão, funções gratificadas ou de natureza assemelhada, em qualquer esfera do Poder Executivo Estadual.

#### **CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 9º.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos desta Lei.

**Art. 10.** A quantidade de Funções Privativas-Policiais previstas nesta Lei, para os órgãos relacionados no art. 1º, poderá ser revista por ato do Chefe do Poder Executivo, após análise da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

**Art. 11.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa do Comando-Geral da Polícia Militar, Delegado-Geral da Polícia Civil ou do Diretor-Geral da Polícia Científica, após análise das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência, Planejamento e Coordenação-Geral e da Fazenda quanto aos assuntos referentes a cada uma das Pastas.

**Art. 12.** O Poder Executivo autorizará e readequará, se necessário, as dotações orçamentárias no exercício de 2012 para os órgãos atingidos por esta Lei, em conformidade com os limites da Lei Complementar 101/2000.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.

**Parágrafo único.** Para implementação do disposto no caput deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou abertura de créditos adicionais, na forma da Lei.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 24 de maio de 2012.

*Flávio Arns*  
*Governador do Estado em exercício*

*Reinaldo de Almeida Cesar*  
*Secretário de Estado da Segurança Pública*


*Jorge Sebastião de Bem*  
*Secretário de Estado da Administração e da Previdência*

*Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani*  
*Chefe da Casa Civil*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*



ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo68438_27126.pdf

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



**FUNÇÃO POLICIAL PRIVATIVA - FPP**

SIMBOLOGIA	FUNÇÃO
FPP 1	COMANDANTE-GERAL DA PMPR, CHEFE DA CASA MILITAR, DELEGADO-GERAL, DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA
FPP 2	SUBCOMANDANTE-GERAL DA PMPR, SUBCHEFE DA CASA MILITAR, DELEGADO-GERAL ADJUNTO, DIRETOR DO IML, DIRETOR DA CRIMINALÍSTICA, COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS
FPP3	CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA PMPR, CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL
FPP4	CORREGEDOR-GERAL DA PMPR, COMANDANTE REGIONAL, CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO CORPO DE BOMBEIROS, DIRETOR, CHEFES DE DIVISÃO E CHEFES DE DIVISÕES DA CASA MILITAR
FPP5	ASSESSOR E ASSESSOR DA CASA MILITAR
FPP6	COORDENADOR DE EQUIPE DA CASA MILITAR
FPP7	SUBCOORDENADOR DE EQUIPE DA CASA MILITAR
FPP8	CHEFE DE SETOR DA CASA MILITAR
FPP9	AGENTE OPERACIONAL DA CASA MILITAR



ANEXO I DA LEI Nº 17.172

VALOR DA VERBA TRANSITÓRIA
R\$ 5.000,00
R\$ 4.500,00
R\$ 4.000,00
R\$ 3.500,00
R\$ 3.000,00
R\$ 2.500,00
R\$ 1.750,00
R\$ 1.250,00
R\$ 750,00

ANEXO II DA LEI Nº 17.172  
QUANTIDADE DE FUNÇÕES POLICIAIS PRIVATIVAS DE CONFIANÇA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ - PMPR

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL DE ALOCAÇÃO	QUANTIDADE
FPP1	COMANDANTE-GERAL	DIREÇÃO	COMANDO GERAL	1
FPP2	SUBCOMANDANTE-GERAL	DIREÇÃO	COMANDO GERAL	1
FPP2	COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS	DIREÇÃO	COMANDO GERAL	1
FPP3	CHEFE DO ESTADO MAIOR	DIREÇÃO	COMANDO GERAL	1
FPP4	CORREGEDOR-GERAL DA PMPR	DIREÇÃO	CORREGEDORIA-GERAL	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE PESSOAL	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA FINANCEIRA	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE SAÚDE	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE INFORMÁTICA E QUALIDADE	1
FPP4	CHEFE DO ESTADO MAIOR DO CORPO DE BOMBEIROS	CHEFIA	COMANDO GERAL	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	1º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	2º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	3º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	4º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	5º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	6º CRPM	1
FPP5	ASSESSORIA	ASSESSORAMENTO	COMANDO GERAL	6
TOTAL				18

ANEXO V LEI Nº 17.172  
 QUANTIDADE DE FUNÇÕES PRIVATIVAS POLICIAIS  
 CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

FPP 7	SUBCOORDENADOR DE EQUIPES DE SEGURANÇA APROXIMADA DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	4
FPP 7	SUBCOORDENADOR DE EQUIPES DE SEGURANÇA FÍSICA DE INSTALAÇÕES E DE PONTOS SENSÍVEIS DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 8	CHEFES DE SETOR OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	5
FPP 8	ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	2
FPP 9	AGENTE OPERACIONAL DE SEGURANÇA APROXIMADA DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	24
FPP 9	AGENTE OPERACIONAL DE SEGURANÇA FÍSICA DE INSTALAÇÕES E DE PONTOS SENSÍVEIS DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	09
TOTAL			60

ANEXO III DA LEI Nº 17.172  
QUANTIDADE DE FUNÇÕES POLICIAIS PRIVATIVAS DE CONFIANÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL DE ALOCAÇÃO	QUANTIDADE
FPP1	DELEGADO-GERAL	DIREÇÃO	DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	1
FPP2	DELEGADO-GERAL ADJUNTO	DIREÇÃO	DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	1
FPP3	CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL	DIREÇÃO	DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	1
FPP4	COORDENADOR	CHEFIA	COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL	1
FPP4	CHEFE	CHEFIA	GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	1
FPP4	CHEFE	CHEFIA	GRUPO AUXILIAR FINANCEIRO	1
FPP4	CHEFE	CHEFIA	GRUPO AUXILIAR DE PLANEJAMENTO	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DIE - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURA	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	AIPC - AGÊNCIA DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DPE - DIVISÃO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DPCAP - DIVISÃO POLICIAL DA CAPITAL	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DCCP - DIVISÃO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DPI - DIVISÃO POLICIAL DO INTERIOR	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DPMETRO - DIVISÃO DE POLÍCIA METROPOLITANA	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DIC - DIVISÃO DE INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DENARC - DIVISÃO ESTADUAL DE NARCÓTIÇOS	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	TIGRE - TÁTICO INTEGRADO DE GRUPOS DE REPRESSÃO ESPECIAL	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	COPE - CENTRO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS	1
FPP5	ASSESSOR	ASSESSORAMENTO	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ	1
FPP5	ASSESSOR	ASSESSORAMENTO	SECRETARIA EXECUTIVA	1
FPP5	ASSESSOR	ASSESSORAMENTO	ASSESSORIA	6
TOTAL				27

ANEXO IV DA LEI Nº 17.172  
 QUANTIDADE DE FUNÇÕES POLICIAIS PRIVATIVAS DE CONFIANÇA  
 POLÍCIA CIENTÍFICA

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL DE ALOCAÇÃO	QUANTIDADE
FPP1	DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA	DIREÇÃO	DIREÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA	1
FPP2	DIRETOR DO IML	DIREÇÃO	INSTITUTO MÉDICO LEGAL	1
FPP2	DIRETOR DA CRIMINALÍSTICA	DIREÇÃO	INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA	1
TOTAL				3

ANEXO V LEI Nº 17.172  
 QUANTIDADE DE FUNÇÕES PRIVATIVAS POLICIAIS  
 CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL DE ALOCAÇÃO	QUANTIDADE
FPP 1	CHEFE DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 2	SUBCHEFE DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 4	CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 4	CHEFE DA DIVISÃO DE OPERAÇÕES E SEGURANÇA DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 4	CHEFE DA DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 4	CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA DE MANUTENÇÃO DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 4	CHEFE DA DIVISÃO DE DEFESA CIVIL DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 5	CHEFE DE GABINETE DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 5	ASSESSOR TÉCNICO DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 5	CHEFE DO CONTROLE INTERNO DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	1
FPP 6	COORDENADOR DE EQUIPES DE SEGURANÇA APROXIMADA DA CASA MILITAR	CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	5



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 265/2014**

**Projeto de Lei nº 265/2014**

**Autor: Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público**

Súmula: Autoriza o Procurador-Geral de Justiça a conceder a gratificação instituída pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, aos policiais civis e militares que integram o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO e a segurança institucional do Ministério Público, e dá outras providências.

**EMENTA: GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS CIVIS E MILITARES INTEGRANTES DO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO E À SEGURANÇA INSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## **PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa conceder a gratificação instituída pela Lei nº 17.172/2012 aos policiais civis e militares que integram o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO e à segurança institucional do Ministério Público.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Destarte, observa-se do artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, a atribuição ao Ministério Público, quanto à iniciativa das leis ordinárias, conforme segue:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)**

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto, a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, no artigo 114, § 2º determina:

**Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 127, § 2º da **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**, assim dispõe:

**Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.**

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



remuneratória e os planos de carreira; a lei  
disporá sobre sua organização e  
funcionamento. (grifo nosso)

Além do mais, a **LEI FEDERAL Nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993,** que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

**Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:**

**II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;**

**V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;**  
(grifo nosso)

Desta forma, fica clara a competência do Ministério Público para propor o presente projeto de lei.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2014, aprovado pela Lei nº 17.886/2013 (Lei Orçamentária Anual), compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013/2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.631/2013.

Diante disso, cumpridos os requisitos, nos termos do artigo 16, inciso II, da **LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00:**

**Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:**

**(...)**

**II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (grifo nosso)**

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

## **CONCLUSÃO**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça





Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões, 16 de junho de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

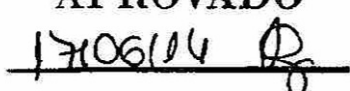
  
DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
RELATOR

  
Dep. Tadeu  
  
Dep. Henrique

  
Dep. Turiani

  
Dep. Aníbal  
  
Dep. Pastor

APROVADO

  
17/06/14

  
Dep. Ruy





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 265/14**

O Projeto de Lei em análise é oriundo da Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público – Ofício nº 1172/2014, que autoriza o Procurador-Geral de Justiça a conceder a gratificação instituída pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, aos Policiais Cíveis e Militares que integram o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO e a segurança institucional do Ministério Público, e dá outras providências.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a proposta encontra-se plenamente justificada.

Conforme assevera o autor, as despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

De igual modo, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Gestão de Pessoas, Divisão de Folha de Pagamento (Informação nº 424/2014), a partir de 1º de junho próximo passado, o impacto financeiro mensal, na folha de pagamento será de R\$15.646,25 (quinze mil, seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos), tendo referida despesa, estimada em R\$109.523,75 (cento e nove mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) para o presente exercício e R\$203.401,24 (duzentos e três mil, quatrocentos e um reais e vinte e quatro centavos) para os exercícios seguintes (2015 e 2016), previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.886, de 20/12/2013), conforme Informação nº 1630/14, do Departamento Financeiro – DF.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 17.886, de 20/12/2013, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14/12/2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.631, de 22/07/2013.

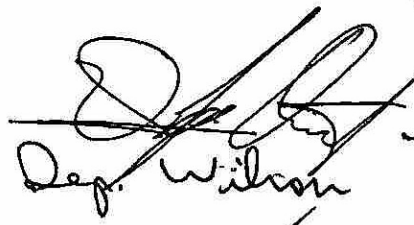
Isto posto, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei em tela.

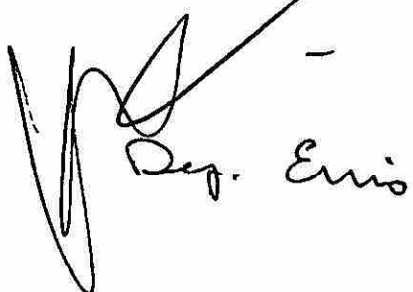
É o parecer.

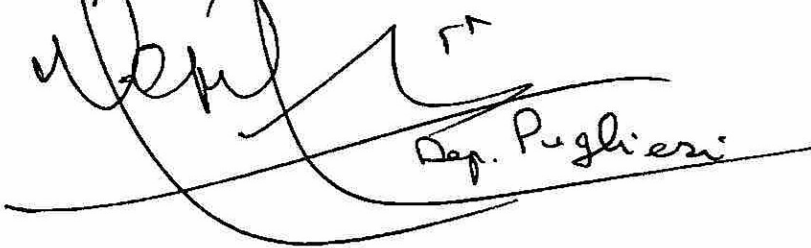
Sala das Comissões, 24/06/14

  
DEPUTADO JONAS GUMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FRANCISCO ECHTEN  
RELATOR

  
Dep. Wilson

  
Dep. Eris

  
Dep. Pugliesi